

## **Territorialização turística no município de Ouro Preto/MG: exemplos dos distritos de Lavras Novas e São Bartolomeu**

### **Touristic territorialization in the municipality of Ouro Preto/MG: examples from the districts of Lavras Novas and São Bartolomeu**

**ERICK ALAN MOREIRA FERREIRA<sup>1</sup> & MIGUEL ÂNGELO CAMPOS RIBEIRO<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Contacting author: erickalan@hotmail.com

**Resumo** | Ouro Preto, a primeira cidade brasileira reconhecida como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, enfrenta inconsistências territoriais em seu perímetro de proteção, excluindo parte do município. Este artigo examina a interação entre turismo, patrimônio e território, utilizando os distritos de Lavras Novas (LN) e São Bartolomeu (SB) como estudos de caso. O debate se concentra nos processos de turistificação e territorialização. A metodologia abrange fontes primárias e secundárias. Conclui-se pela necessidade de uma agenda de políticas públicas que diversifique a oferta e a demanda turística, aumente o tempo de permanência dos turistas nos distritos e institua formas democráticas de governança para promover o desenvolvimento de base territorial. Esses são os elementos basilares para alcançar o almejado desenvolvimento de base territorial.

**Palavras-chave** | Turismo, Patrimônio, Território, Espaço Rural, Ouro Preto

**Abstract** | Ouro Preto, the first Brazilian city recognized as a World Heritage Site by UNESCO, faces territorial inconsistencies in its protection perimeter, excluding part of the municipality. This article examines the interaction between tourism, heritage and territory, using the districts of Lavras Novas (LN) and São Bartolomeu (SB) as case studies. The debate focuses on the processes of *touristification* and *territorialization*. The methodology covers primary and secondary sources. The need for a public policy agenda is concluded, aiming to diversify tourist supply and demand, extend the tourists' stay in the districts, and establish democratic forms of governance to promote territorial-based development. These are the basic elements to achieve the desired territorial-based development.

**Keywords** | Tourism, Heritage, Territory, Rural Space, Ouro Preto

## 1. Introdução

Ouro Preto (OP), cidade mineira a cerca de 90 km de Belo Horizonte, é globalmente reconhecida por seu valor patrimonial e turístico. Originalmente a primeira capital de Minas Gerais, OP preserva um notável patrimônio associado ao estilo barroco mineiro em suas construções. A perda de sua função administrativa como capital em 1897, em linha com as aspirações republicanas da época, não diminuiu sua importância no cenário, artística e cultural do país. Em 1980, a cidade foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, sendo a primeira no Brasil a receber tal título. No entanto, esse reconhecimento, assim como a política patrimonial brasileira, liderada pelo IPHAN, revelou-se elitista, pois a chancela da UNESCO abrangeu exclusivamente o distrito-sede do município, refletindo uma abordagem semelhante de exclusão.

Devido às inconsistências nos processos de preservação do patrimônio cultural em OP, nos quais alguns territórios foram incluídos e outros excluídos, adota-se como referência a concepção de patrimônio territorial, conforme proposto por Dallabrida (2020). Essa abordagem busca superar as limitações da visão tradicional de patrimônio, incorporando aspectos territoriais mais amplos e integrados. Na percepção do autor o patrimônio territorial é concebido:

como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo quanto os que se sobrepõem ao território constantemente (DALLABRIDA, 2020, p.12).

Sob o ponto de vista teórico-conceitual, a noção de patrimônio territorial oferece uma abordagem abrangente, considerando tanto as materialidades quanto as imaterialidades como valores a serem preservados para a manutenção das identidades territoriais. Além disso, no âmbito empírico, esse conceito possibilita a identificação de patrimônios culturais presentes no espaço rural do município de OP, porém não devidamente salvaguardados. Nesse contexto, o objetivo geral do trabalho consiste em analisar a relação estabelecida entre turismo, patrimônio cultural e território, utilizando como exemplos os distritos de Lavras Novas (LN) e São Bartolomeu (SB). Mais especificamente, pretende-se aprofundar o debate sobre os processos de *turistificação* e *territorialização*, destacando suas complexidades e impactos na dinâmica dessas localidades.

Geograficamente, LN e SB estão localizados a aproximadamente 13 km e 17 km do centro histórico de OP, respectivamente, com LN ao sul e SB ao norte. A discussão proposta envolve a conexão dos recortes temáticos da pesquisa com o fenômeno das "novas ruralidades". Esse conceito abrange as transformações contemporâneas nas áreas rurais, incluindo a diversificação de atividades econômicas e a busca por experiências autênticas. Nos distritos em questão, essa

perspectiva ganha relevância ao considerar as interações entre a atividade turística, a fruição do patrimônio cultural e as dinâmicas das comunidades locais.

## **2. Uma Breve Abordagem Geográfica das Políticas Urbano-Patrimoniais em Ouro Preto**

Este estudo se concentra na análise da interação entre turismo, patrimônio cultural e território. O referencial teórico examina as incongruências nas políticas patrimoniais e urbanas do município de Ouro Preto, o que dificulta a obtenção de uma compreensão sistêmica do território. Os temas da pesquisa são contextualizados à luz do fenômeno das novas ruralidades, destacando a distinção entre as práticas de Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo Rural (TR).

A partir da década de 1990, Ouro Preto incorporou explicitamente o patrimônio cultural em sua política urbana, inicialmente com o Plano Diretor Municipal (PDM) de 1996 e, uma década depois, com a Lei de Ocupação e Uso do Solo (LOUS) de 2006. Esse estreitamento entre as políticas patrimoniais e urbanas reflete um contexto mais amplo, identificado por Pires (2010, p. 2), marcado pela intensificação das políticas neoliberais, que deram início a uma fase “representada pelo surgimento dos planos ou planejamentos estratégicos”.

Com o planejamento estratégico, as políticas públicas passaram a ser fortemente influenciadas por uma orientação neoliberal, fundamentada na ideia de que a cidade deveria ser competitiva, atrair investimentos e promover sua imagem em uma perspectiva globalizada. Essa nova forma de pensar a cidade se refletiu nas políticas de preservação brasileiras, que passaram a aliar a preservação cultural ao estímulo ao desenvolvimento econômico, por meio de ações específicas voltadas para essa finalidade (Leal, 2017).

[...] a cidade pós-moderna do planejamento estratégico copia as palavras de ordem da lógica empreendedora das empresas (gestão, produtividade, competitividade, bens distintivos de classe, estetização, subordinação dos fins à lógica do mercado, parcerias público-privadas) e produz uma cidade fragmentada, simbólica, colocando-a no mercado como uma mercadoria (PAES, 2017, p. 670).

As “cidades históricas”, sejam elas capitais, vilas, metrópoles ou pequenas cidades, são submetidas às novas lógicas de produção do espaço, marcadas por características claramente empresariais, que transformam esses espaços em mercadorias. Esse processo atinge principalmente bens de aspecto monumental ou aqueles de interesse direto para o mercado turístico e o consumo cultural (Cruz, 2012). Conforme Nigro (2010), o turismo tem se apropriado cada vez mais do patrimônio, explorando-o sobretudo por seu caráter meramente estético, algo a ser comercializado e consumido.

Carlos (2017) observa que a associação entre turismo e patrimônio intensifica a acumulação de capital ao implantar um modelo de política urbana voltado para a espetacularização da paisagem, com foco no centro histórico como principal lócus de investimento. No entanto, a

racionalidade mercantil aplicada às cidades patrimoniais, especialmente as reconhecidas pela UNESCO, gera uma contradição territorial significativa. Os volumosos investimentos, muitas vezes oriundos de capital internacional, não são distribuídos de forma equitativa pela cidade, acentuando a desigualdade e fragmentação dos espaços urbanos e rurais. É crucial problematizar as consequências desse processo, onde o valor de troca prevalece sobre o valor de uso.

No município de Ouro Preto, o centro histórico, localizado no distrito sede, consolidou-se como o principal destino de investimentos públicos e privados. Isso se deve à concentração significativa de patrimônio arquitetônico preservado do período barroco-colonial, à sua designação como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, e à sua imagem fortemente associada ao turismo, reforçada por intensas campanhas de marketing governamentais e não-governamentais. A destinação de recursos para esse fragmento específico da cidade evidencia a prioridade dada às ações dentro da Zona de Proteção Especial (ZPE) do distrito-sede, especialmente no perímetro tombado pelo IPHAN e reconhecido pela UNESCO. Entre as iniciativas mais recentes e impactantes estão o Programa "Monumenta" e o "Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH)", ambos criados no âmbito do Governo Federal.

As contradições observadas são contrárias ao que a legislação urbanística do município prevê, especialmente o PDM e a LOUS. Essas contradições refletem as mesmas inconsistências da política patrimonial, frustrando as expectativas de uma política urbana justa e igualitária que abranja todo o município. Essa disparidade evidencia a persistência de um modelo centralizado, que favorece o centro histórico em detrimento das áreas urbanas periféricas e rurais, perpetuando desigualdades históricas.

O afastamento do poder público das áreas periféricas pode gerar problemas graves e possivelmente irreversíveis, como a turistificação desordenada e seus consequentes impactos negativos. Nesse contexto, adotar uma abordagem territorial, que toma o território como ponto de partida e integra conceitos como territorialidade, territorialização e de(te)ritorialização, torna-se fundamental. Essa perspectiva é essencial para compreender a dinâmica de formação do território turístico e os desafios que emergem nesse processo.

A formação de um território turístico começa com a turistificação, que envolve a valorização de áreas com atrativos naturais e culturais para fins turísticos. Knafou (1996) define a turistificação como a apropriação de uma área por agentes externos atraídos por esses valores. No entanto, nem todo lugar com potencial se torna turístico automaticamente. Como aponta Cruz (2012), isso acontece quando o local começa a receber visitantes, sejam eles ocasionais ou frequentes. Knafou (1996) ressalta que os turistas são a força motriz da turistificação, tornando essencial que um local seja reconhecido e visitado para se estabelecer como destino turístico.

Além da presença dos atrativos turísticos, conforme indicado por Nicolás (1989), a acessibilidade dos turistas é crucial para a turistificação de um espaço específico. Esta

acessibilidade não se limita apenas ao acesso físico facilitado por infraestrutura de transporte, mas também inclui aspectos econômicos, culturais, políticos e, especialmente, legais. A capacidade de permitir a livre circulação dos visitantes e de oferecer serviços que justifiquem os preços praticados são determinantes para que um local seja considerado passível de turistificação (Fratucci, 2008).

Dessa maneira, o turismo, "em sua essência e natureza primeira, se compõe dos movimentos e das paradas dos turistas pelo espaço" (Fratucci, 2014, p. 45). Durante essas paradas, ocorre o processo de territorialização do visitante, que se apropria, mesmo que brevemente, dos elementos do espaço visitado, fixando-se em alguns pontos enquanto ignora outros (Fratucci, 2008). A territorialização no turismo também se manifesta de outras formas, pois é uma atividade que produz e consome o espaço, orientada por agentes sociais muitas vezes antagônicos. Assim, essa análise deve ser feita sob a perspectiva do território e das multiterritorialidades.

A análise do turismo sob a perspectiva territorial permite compreender os complexos cenários de conflitos e resistências suscitados no território, nomeadamente no território turístico, revelando as diferentes formas de apropriação e uso, frequentemente conflitantes devido aos interesses divergentes dos grupos sociais. Assim, essa perspectiva é essencial para expor as relações de poder e os processos de resistência às práticas hegemônicas, incluindo a definição de territorialização, um fenômeno intrínseco à atividade turística.

Segundo Favareto (2020), o território enfatiza a diversidade, as inter-relações e as interações entre diferentes grupos de agentes sociais, onde as relações de poder estão intrinsecamente presentes. Esses autores salientam que o território não é meramente um espaço físico delimitado, mas um campo complexo onde se entrelaçam interesses, disputas e estratégias de controle e dominação. Compreender o território neste contexto implica analisar como diversos agentes sociais negociam e reivindicam direitos sobre o espaço, influenciando e sendo influenciados pelas dinâmicas sociais, econômicas e políticas em jogo.

Uma abordagem processual do território reconhece que ele não é estático, mas dinâmico e em constante transformação ao longo do tempo. Essa perspectiva destaca que os territórios são construídos e reconstruídos através de processos contínuos de interação entre diferentes agentes sociais e suas práticas espaciais. Essas interações, denominadas territorialidades, são compreendidas como as formas pelas quais grupos sociais se apropriam, utilizam e configuram o espaço. Assim, em primeiro lugar, o território é entendido como um espaço onde as diferentes territorialidades se confrontam, suscitando processos complexos de disputa, negociação e conflito. Esses processos englobam aspectos culturais, econômicos e políticos que influenciam a forma como o território é produzido.

Se o território é sucintamente definido como relações de poder espacializadas, e as territorialidades se referem aos "vínculos que determinado indivíduo e/ou grupo social possuem com um ou mais territórios materiais (físicos) ou imateriais [...] como algo subjetivo, ligado à

percepção" (Candiotto, 2010, p. 319), como se podem compreender os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R)?

Como os próprios termos indicam, eles derivam do conceito de território. Souza (2018) sustenta que as razões para conquistar ou defender um território (ou seja, territorializá-lo) podem ter motivações predominantemente econômicas, políticas e/ou culturais. Nesse contexto, destaca-se claramente o caráter multidimensional do território, refletindo as complexas interações e dinâmicas de poder entre os diversos agentes sociais envolvidos.

Os processos de (T-D-R) são suscitados pela coexistência, dentro de um mesmo espaço delimitado, de diversas territorialidades, configurando, assim, um território onde estão presentes múltiplas territorialidades. Fernandes, (2015, p. 203) destaca: "os territórios em diferentes escalas se sobrepõem, são utilizados de diferentes formas, assim como as pessoas assumem e executam distintas funções ou como as relações sociais se mesclam, gerando multiterritorialidades."

as razões e motivações para se conquistar ou defender um território podem ser fortemente ou até primariamente de cunho cultural ou econômico; é óbvio que não são sempre "estritamente" política (ou ainda estratégico-militar). Aliás, a própria separação entre o "político", o "cultural" e o "econômico", da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que distinguível mas não propriamente separável (SOUZA, 1995, p. 56).

Souza (2015) argumenta que, embora seja comum tentar separar as motivações culturais, econômicas e políticas, essa distinção é frequentemente artificial e não captura a complexidade das relações de poder que moldam os territórios. Na prática, as motivações para a territorialização frequentemente se sobrepõem e interagem. Além disso, a territorialização de um determinado grupo social implica necessariamente na des(re)territorialização de outro. Dessa forma, entender os processos de T-D-R exige uma abordagem que considere a interdependência e a interação entre as dimensões culturais, econômicas e políticas, bem como o impacto desses processos nas diferentes comunidades envolvidas.

No que se refere à dinâmica dos processos de T-D-R no território turístico, a partir da chegada dos turistas, diferentes agentes sociais começam a se apropriar de partes do espaço para atender às demandas do mercado. Essas apropriações seguem lógicas reticulares, em que redes de interesse e poder se estabelecem e interagem, levando à criação de vários territórios distintos dentro do mesmo espaço físico.

Contrariamente à visão dos autores clássicos, que veem o turista como o único agente central do fenômeno turístico, é essencial reconhecer a interação de diversos agentes sociais que participam de forma sincrônica e muitas vezes conflituosa no desenvolvimento do turismo. Esses agentes incluem o trade turístico, que representa o capital e o mercado; o Estado, com suas diversas esferas de influência; e as comunidades locais, englobando trabalhadores do setor e a população em geral (FRATUCCI, 2008).

Saquet (2020) ressalta que a expansão do capitalismo e seus aspectos culturais exigem uma análise minuciosa das contradições e das dinâmicas de relacionamento entre os agentes sociais. Há um consenso sobre a necessidade de compreender todos os agentes do turismo, pois eles desempenham papéis significativos na produção do espaço, refletindo as complexas e muitas vezes conflitantes dinâmicas envolvidas no desenvolvimento da atividade turística.

A interpretação da configuração do território turístico não deve desconsiderar os impactos sobre as comunidades locais, que são frequentemente as mais afetadas pela atividade. À medida que o espaço é adaptado para atender às demandas dos turistas, as necessidades e práticas dos residentes frequentemente são ignoradas. A turistificação pode levar à desterritorialização das comunidades, que são forçadas a modificar suas vidas e atividades para se ajustar às novas exigências econômicas e culturais. Esse processo resulta na perda de controle sobre o espaço e na erosão das identidades culturais locais, uma vez que o foco das dinâmicas turísticas está frequentemente na valorização dos atrativos para os visitantes, em detrimento das tradições e modos de vida dos moradores.

Concomitantemente ao surgimento dos fenômenos de turistificação e territorialização turística, desenvolve-se a dinâmica da urbanização turística. A urbanização turística não se limita à construção de infraestruturas físicas, como edificações e estradas, mas envolve uma influência intangível que altera identidades locais, práticas culturais e relações sociais. A urbanização turística, portanto, não se resume apenas a uma mudança visual na paisagem, mas representa uma reconfiguração mais abrangente que permeia as experiências e significados associados a um determinado lugar, causando uma transformação profunda na forma como as comunidades locais interagem com o ambiente ao seu redor.

A urbanização turística contemporânea, conforme apontado por Ashworth e Page (2011), transcende os limites tradicionalmente associados às áreas urbanas, estendendo-se a transformações significativas no tecido social, cultural e econômico de diversas localidades, incluindo áreas rurais. De acordo com Lash e Urry (1994), a urbanização não é mais exclusiva das cidades, podendo ocorrer em diferentes contextos territoriais. Santos (1996) contribui com a ideia de "urbanização generalizada", sugerindo a disseminação de características urbanas por todo o território. Assim, a urbanização turística não apenas redefine a paisagem física, mas também reconfigura as relações sociais, modos de vida e estruturas econômicas em áreas previamente não urbanizadas.

Dessa forma, ao abordar a urbanização turística, é essencial incorporar uma abordagem mais ampla que leve em consideração a complexidade e a diversidade desse fenômeno em contextos urbanos e rurais, uma vez que as transformações territoriais transcendem fronteiras tradicionais e exigem uma análise mais holística. Ademais, em contextos rurais, a urbanização turística deve necessariamente ser analisada a partir da emergência do conceito de "novas ruralidades". A transformação das áreas rurais, historicamente associadas à agricultura e práticas tradicionais, agora se desenha sob a influência do turismo e de novas dinâmicas socioeconômicas. As novas

ruralidades, marcadas por uma diversificação das atividades econômicas, uma maior conectividade e uma redefinição das identidades locais, são intrínsecas, dentre outros fatores, à evolução do fenômeno da urbanização turística.

As últimas décadas do século XX viram a globalização intensificar-se, provocando mudanças profundas na sociedade e reforçando as históricas relações de dominação entre Estados-nações. Este fenômeno teve repercussões locais abrangentes, afetando as esferas político-territorial, econômica, cultural, social e ambiental. No contexto brasileiro, uma análise inovadora baseada no território se faz necessária para compreender um mundo rural mais dinâmico e multifuncional. Com o impulso da globalização, as distinções tradicionais entre rural e urbano começam a se dissolver sutilmente, incorporando novas funções ao espaço rural, como o lazer e turismo, que estão intrinsecamente ligados ao processo de urbanização em uma sociedade caracterizada pela assimilação do mundo rural pelo urbano (Marafon & Ribeiro, 2006)

La revalorización de lo rural forma parte de la búsqueda de la sociedad para encontrar salidas para los problemas originados del modo de vida de la modernidad post fordista, como el stress, la agitación, la falta de solidaridad, la mala alimentación y se suma, los problemas de orden ambiental, polución, contaminación sonora, transito, etc., abriendo nuevas oportunidades de empleo para quien vive en el campo (Romero, 2012, s.p).

As transformações mais profundas experimentadas no espaço rural, impulsionadas pela intensificação da globalização, são interpretadas como resultados de processos materiais e simbólicos. Esses fenômenos delineiam territórios híbridos, onde coexistem elementos tanto rurais quanto urbanos. Essa compreensão encontra respaldo em teóricos consagrados como Milton Santos, que, em suas reflexões sobre a globalização, destaca as dinâmicas territoriais que transcendem as tradicionais categorias de rural e urbano.

Diante desse cenário, é relevante destacar, conforme Marafon (2010), a inadequação contemporânea de associar as ruralidades como características intrínsecas apenas ao ambiente rural, da mesma forma que as urbanidades não devem ser percebidas como exclusivas da cidade. Essa concepção ressoa com as reflexões de Rua (2020), que aprofunda o entendimento ao afirmar que a presença da atividade turística no espaço rural transcende as categorias convencionais, marcando a exterioridade das urbanidades por meio das transformações que instaura no território.

A inserção do turismo no espaço rural brasileiro é fenômeno recente, destacando-se a partir da década de 1980, especialmente em Santa Catarina e Espírito Santo. A escassez de conceitos consolidados nesse contexto temporal resulta em múltiplas definições e abordagens. Dessa maneira, o debate sobre o TER deve ser precedido de uma breve distinção sobre o TR, já que, muitas vezes, observa-se uma fragilidade conceitual que ignora as diferenças entre essas duas

modalidades de turismo, sendo a primeira forma a mais abrangente<sup>1</sup>. Diante da pluralidade de definições existentes, acredita-se que aquela formulada por Candiotto (2010, p. 10-11) seja a mais adequada.

O turismo rural está necessariamente vinculado às características do meio rural (produção agrícola e/ou pecuária, paisagens rurais com vegetação nativa e secundária, arquitetura rural, o contato direto com o modo de vida dos habitantes do campo e com os animais, a culinária da "roça", entre outras). Por conseguinte, os empreendimentos que nada têm a ver com a prática e o conteúdo rural, mas que estão inseridos no espaço rural, fazem parte do turismo no espaço/meio/área rural e não do turismo rural.

O TR se diferencia do TER pela ênfase na preservação das identidades territoriais e no desenvolvimento de base territorial. Enquanto o TER abrange todas as tipologias de turismo rural, o TR destaca-se pela prioridade ao componente espacial em relação às atividades desenvolvidas. Assim, qualquer atividade turística em espaço não urbano faz parte do TER, mas não necessariamente do TR. Ademais, enquanto o TR pressupõe o equilíbrio entre sociedade e natureza, o TER deve ser abordado com cautela, reconhecendo sua capacidade de gerar tanto externalidades negativas quanto positivas nas áreas rurais (Souza & Klein, 2019).

É importante ressaltar que não se busca caracterizar perfis homogêneos, o que se pretende elucidar é haver, em determinadas localidades, uma atual sobreposição de práticas de TER em detrimento das experiências mais autênticas de TR. O surgimento de diversas tipologias de turismo no espaço rural muitas vezes caracteriza o território apenas como produto, alinhando-se aos interesses predominantes dos agentes hegemônicos envolvidos na atividade turística. Essa abordagem frequentemente prioriza a lógica do valor de troca em detrimento do valor de uso, refletindo uma perspectiva que busca atender aos requisitos do mercado em detrimento das necessidades locais e do próprio ambiente rural. Essa concepção instrumental do espaço rural, como meramente um produto turístico, muitas vezes resulta em impactos negativos, negligenciando os aspectos culturais, sociais e ambientais essenciais para uma abordagem mais democrática e integrada.

### **3. Metodologia**

Os resultados desta pesquisa integram a tese de doutorado em Geografia, atualmente em andamento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com um período sanduíche na Universidade de Coimbra – UC. O desenvolvimento da pesquisa está em conformidade com o Comitê de Ética da UERJ, registrado sob o número: 73448323.7.0000.5282.

---

<sup>1</sup> É importante esclarecer o conceito adotado neste artigo. Optou-se por uma definição TER que reflete a configuração atual do espaço rural, caracterizado por sua dinâmica e multifuncionalidade. Nesse contexto, o valor de troca frequentemente se sobrepõe ao valor de uso devido à atividade turística, com visitantes buscando lazer sem necessariamente um ambiente bucólico, tornando a experiência um simulacro de ruralidade. Em Portugal, o TER é legalmente definido como "estruturas orgânicas do Turismo Rural" (como casas rurais, hotéis rurais e quintas) que oferecem visitas a paisagens culturais, produtos biológicos e participação em atividades de produção (Queirós, 2018). No Brasil, o conceito é polissêmico e carece de uma classificação legal tão precisa.

Este artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando fontes primárias e secundárias. A pesquisa bibliográfica incluiu uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados *Scielo* e Google Acadêmico, privilegiando artigos científicos de alto impacto no *Qualis* Capes, assim como capítulos de livros, dissertações e teses. A pesquisa documental envolveu a análise do PDM e da LDUS.

O trabalho de campo<sup>2</sup>, conduzido entre abril e julho de 2023 em três ocasiões distintas, adotou a abordagem de observação não participante. Essa escolha foi motivada pela necessidade de obter informações imparciais sobre o objeto de estudo. O método de observação incluiu o registro detalhado de notas no caderno de campo para uma compreensão aprofundada do contexto investigado. Conforme Marconi e Lakatos (1999, p. 92), nos preceitos da técnica de observação não participante o pesquisador:

[...] presencia o fato mais não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador [...] [porém] consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático. No entanto, **evitar uma aproximação com o grupo estudado não elimina a condição de envolver-se com o objeto da investigação, haja vista que a escolha do que é/será investigado por si só já implica em tomada de posição pelo investigador** (grifos nossos).

Utilizou-se questionário<sup>3</sup> online, via Google *Forms*, para coletar dados de visitantes nas localidades investigadas, identificados através do Instagram. O questionário adotado incluiu perguntas fechadas, abertas, semiabertas, encadeadas e uma pergunta-filtro (DENCKER, 1998). A principal limitação reside na ênfase dada às impressões de um único grupo de agentes sociais (visitantes) em detrimento de outros. Optou-se por analisar os visitantes, dado seu papel crucial nos processos de *turistificação* das áreas estudadas. Assim, a escolha justifica-se, pois:

[...] há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente e **a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que frequentam** (grifos nossos). Um bom número de conflitos nos lugares turísticos é oriundo das diferenças de territorialidades (KNAFOU, 1996, p. 64).

Ademais, avaliou-se pertinente mobilizar a análise textual discursiva como recurso interpretativo. Segundo Maraes e Galiuzzi (2006), essa técnica específica de análise permite combinar conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Portanto, a análise textual discursiva permite criar espaços de reconstrução, envolvendo-se diversificados elementos, especialmente a

---

<sup>2</sup> Em razão da limitação deste artigo, os dados das entrevistas, realizadas com variados grupos de agentes produtores do espaço turístico nas localidades de LV e SB, serão debatidos oportunamente.

<sup>3</sup> Cumpre mencionar que por se tratar de um estudo de aproximação da realidade investigada, com caráter eminentemente qualitativo, as amostras não são representativas diante do universo pesquisado.

compreensão dos modos de produção da ciência e reconstruções de significados dos fenômenos investigados.

#### **4. Resultados**

Os resultados preliminares da pesquisa em Lavras Novas (LN) e São Bartolomeu (SB) revelam temporalidades e intensidades distintas no que se refere ao fenômeno da turistificação. Em LN, a visitação, iniciada nos anos 1980, intensificou-se na segunda metade da década seguinte, resultando em um acelerado processo de urbanização (Pettinati, 2016). Em SB, a turistificação ocorre de forma mais gradual, com uma urbanização turística discreta. Nota-se um aumento expressivo no fluxo de visitantes nos últimos dois anos, especialmente após a visibilidade turística ampliada pela indicação do Ministério do Turismo (MTur) para o concurso "Melhores Vilas Turísticas do Mundo".

A diferenciação espaço-temporal da atividade turística em LN e SB é evidente; todavia, o fenômeno da turistificação nesses dois distritos origina-se de uma mesma concepção coletiva de (re)valorização dos espaços rurais pela população citadina. A preferência por ambientes bucólicos e a busca por proximidade com a natureza impulsionam esse fenômeno, associado a ideias de melhor qualidade de vida (Marafon, 2010).

Quanto à origem dos visitantes, os resultados preliminares indicam que a maioria é do próprio estado de Minas Gerais, com 82% em LN e 89% em SB. Notavelmente, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) contribui significativamente, representando 46% dos visitantes em LN e 68% em SB, o que indica o desejo dos habitantes urbanos por momentos de relaxamento e descanso longe dos centros populacionais agitados (Martínez-Rouget & Moutela, 2013).

Segundo dados do censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da RMBH é composta por 5.733.075 habitantes, tornando-se uma das mais populosas regiões metropolitanas do país. Assim como outras áreas metropolitanas brasileiras, a alta densidade demográfica da RMBH condiciona diversas mazelas características das grandes cidades. Dessa forma, os resultados parecem comprovar que a elevada procura por LN e SB por parte de visitantes oriundos da RMBH representa o anseio dos cidadãos por momentos de relaxamento e descanso, longe dos grandes centros populacionais, do ruído e do ritmo de vida frenético que caracterizam a sociedade contemporânea.

Nos dois destinos estudados, a maioria dos turistas opta por estadias curtas, com 75% em LN e 71% em SB escolhendo permanecer uma ou duas noites. Em SB, 50% são excursionistas, enquanto em LN essa categoria representa 16%. Considerando ambos os grupos (turistas e excursionistas), 21% optam por se hospedar por três ou mais noites em LN, enquanto em SB essa porcentagem é de 14%. Esses dados refletem a tendência geral do turismo em contextos rurais, seja no formato de TR ou TER, caracterizado por deslocamentos curtos e estadias de menor duração (Milheiro, Kastenholz & Carneiro, 2017).

Em LN, o fluxo turístico é intensificado exponencialmente durante feriados prolongados e fins

de semana, especialmente quando coincide com a realização de eventos musicais, esportivos ou gastronômicos. Por outro lado, em SB, o aumento do fluxo turístico ocorre de maneira mais considerável apenas nas datas das festividades tradicionais. Essas festividades desempenham um papel importante no apelo turístico de SB, enquanto em LN, eventos tipicamente urbanos sobrepõem-se aos festivais locais, transformando a dinâmica territorial do distrito. Independentemente da esporadicidade, o aumento massivo de visitantes nessas localidades evidencia uma *territorialização* das práticas turísticas e uma consequente *desterritorialização* das práticas cotidianas dos moradores locais (Murta *et al.*, 2009; Dutra & Laschefski, 2013). A satisfação global do visitante em relação ao local depende de avaliações positivas em vários atributos que compõem sua experiência, incluindo a qualidade da produção de produtos locais e aspectos gerais relacionados à organização espacial. Para enriquecer o debate, destacam-se relatos considerados relevantes:

*"[...] estacionar na cidade é um caos, pois o vilarejo é muito pequeno".*

*"a cidade fica muito cheia aos finais de semana e apesar do impacto positivo para o comércio local, o excesso de turista deixa o vilarejo bem tumultuado";*

*"Difícil para chegar por conta da quantidade de pessoas [...] o centro é agitado pra quem gosta";*

*"Eu esperava uma cidade mais tranquila e estava acontecendo show bem na entrada da cidade";*

*"Vejo os aspectos negativos de superlotação e o desenvolvimento desordenado afetando a estética e infraestrutura da região".*

Durante as observações de campo, os desafios previamente mencionados tornaram-se tangíveis, evidenciando o impacto negativo do aumento do fluxo turístico no contexto local. O ambiente outrora tranquilo e autêntico foi comprometido pela comercialização excessiva e massificação do turismo. Essa realidade resulta em uma avaliação negativa do distrito de LN, assim como afeta adversamente a vida da comunidade, levando a desterritorialização das práticas cotidianas. Os descontentamentos evidenciados revelam uma dicotomia entre a expectativa do turista em experimentar a serenidade do espaço rural e os desafios urbanos resultantes do aumento do turismo.



**Figura 1** | Reportagem do Estado de Minas, em 2015, retratando o impacto do turismo em LN  
Fonte: Site eletrônico do Estado de Minas (EM).

Assim, ocorre frequente, pelos moradores e visitantes, o descontentamento sobre a recorrente queda de energia, congestionamento, ausência de estacionamento, poluição sonora e visual etc. Além de suscitar processos de *desterritorialização* da população local, que tem a sua rotina de sossego alterada, o visitante que busca tranquilidade, paradoxalmente, acaba se deparando com os mesmos problemas encontrados nas cidades, especialmente nos centros urbanos mais adensados.

Em SB a dinâmica do fluxo turístico apresenta características singulares, proporcionando uma análise mais detalhada através dos relatos dos visitantes. Isso permite identificar nuances específicas relacionadas ao impacto da visitação no território:

*"SB lugar encantador, onde se pode desfrutar de uma boa gastronomia e de um bom descanso";*

*"População envolvente com a vila e não deixando o capitalismo atrapalhar a questão cultural, a gastronomia local e sua particularidade, as cachoeiras belas e com belas trilhas e por ser uma vila bem tranquila";*

*"É um vilarejo rural, admiro a paisagem, o sossego, o rio, os doces;*

*É uma vila tranquila e amistosa, as pessoas são receptivas e hospitaleiras".*

O reconhecimento frequente de SB como uma vila que, apesar da presença do turismo, mantém características rurais evidencia a persistência dos atributos bucólicos e idílicos apreciados pelos visitantes. Elementos como descanso, sossego, gastronomia local e interações mais profundas com a população são valorizados nesse contexto. A discreta urbanização turística em SB permite uma apreciação mais autêntica das práticas cotidianas, tradições e costumes locais. É notável a divergência nas interpretações dos visitantes entre LN e SB, apesar das populações essencialmente semelhantes, que variam entre 700 e 1.000

habitantes (Ouro Preto, 2014<sup>4</sup>).

As motivações dos turistas desempenham um papel fundamental no comportamento durante a visita, influenciando diretamente as atividades escolhidas e, por conseguinte, moldando a experiência desejada na localidade. Como destacado por Crompton (1979), "as motivações são fatores internos que impulsionam a escolha e a participação em atividades turísticas".

Em LN, a configuração espacial atual revela diversas formas de TER, algumas das quais não se integram aos costumes, tradições e cultura local. O distrito abriga numerosas pousadas, algumas das quais formam enclaves turísticos com arquiteturas que contrastam com a arquitetura vernacular típica da localidade, apresentando influências culturais externas, como estilos medievais e gregos. Essa variação arquitetônica destaca uma tensão entre as características tradicionais da localidade e as novas tendências turísticas.

De acordo com Cordeiro (2008), os agentes capitalistas em Lavras Novas são representados por empresários do setor turístico – sendo a grande maioria de origem exógena. Essa classe dominante vem passando a fazer parte dos processos locais, integrando-se à comunidade existente e recebendo influência política, econômica, cultural e social, evidenciando um processo de *territorialização capitalista*.

os agentes mais beneficiados pelo turismo em Lavras Novas são sujeitos que não pertencem ao lugar: [...] já que oferecem uma infraestrutura mais sofisticada materializada, por exemplo, em luxuosas pousadas que contam com os mais variados serviços, em restaurantes que combinam o ambiente rústico com pratos sofisticados, em opções de lazer diferenciadas, como os passeios de quadriciclos. Os moradores nativos do distrito acabam não conseguindo acompanhar os "de fora" no ritmo de exploração da atividade, por meio de um caro incremento nos serviços fornecidos. Em consequência, tornam-se, frequentemente, funcionários dos estabelecimentos empreendidos pelos "de fora" (Dutra & Laschefski, 2013, p. 68)

Ademais, o aumento da urbanização turística em Lavras Novas resultou na predominância do valor de troca sobre o valor de uso, associando o distrito principalmente ao imaginário do consumo e às modernizações que caracterizam a mercantilização do espaço rural. Como consequência, o patrimônio, que anteriormente era fundamental para atrair visitantes, perdeu sua importância central no contexto turístico de LN, refletindo uma transformação significativa nas dinâmicas e percepções do espaço rural.

Mesmo sem a intenção inicial de comparar os impactos da atividade turística nos distritos de LN e SB, essa comparação acabou ocorrendo espontaneamente. Em SB, verifica-se uma tendência de valorização do distrito como um lugar de descanso e de patrimônios preservados. Na ótica do visitante, essa distinção torna a experiência turística no local única em relação a outros distritos de OP, incluindo LN.

*"SB preserva o jeitinho em cada cantinho, poder estar lá e vivenciar com os nativos,*

---

<sup>4</sup>Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/distritos>. Acesso: 16/08/2024.

*consumir dos nativos, tomar uma cerveja com os nativos, ouvir os casos do que lá moram e sempre moraram faz toda a diferença. Não se tornou uma LN que parece montada para atrair turistas e lucrar, que assim continue”.*

*“Gostei muito que não tem muito movimento como vemos em LN onde está tudo descaracterizado”.*

Coforme mencionando anteriormente, com excessão dos períodos de realização das festividades gastronômicas (Festa da Goiaba - Figura 02<sup>5</sup> - e Festa de Tradições Culinárias), bem como da Festa do Padroeiro, quando o número de visitantes supera exponencialmente o contingente de moradores da vila, durante outros momentos, o fluxo de visitantes em SB ainda não atinge um ponto crítico, capaz de causar os mesmos impactos negativos observados em LN.



**Figura 2 |** Festa da Goiaba (abril/2023)

Fonte: Ane Souza.

Em SB, a população, seja por meio de associações ou de forma independente, desempenha um papel central no desenvolvimento turístico, participando ativamente das decisões sobre o modelo turístico desejado na região. Os agentes locais destacam a importância de vincular o turismo à preservação do patrimônio cultural. Contudo, influenciados pelo exemplo de LN, a comunidade está atenta ao aumento do fluxo turístico e expressa preocupações sobre a preservação de seus hábitos rurais e da tranquilidade diante do crescimento da atividade turística.

---

<sup>5</sup> Durante a realização da festa da goiaba há uma supervalorização dos produtores e do tradicional modo de produção da goiabada cascão, símbolo do lugar e primeiro patrimônio imaterial de OP (2008). Cardoso e Farias (2020) argumentam que em SB a *patrimonialização* dos doces, concomitante a indicação do Mtur, vem gerando grande visibilidade para a localidade e congregando aspectos rurais e urbanos através do fluxo turístico que engendra para o distrito, principalmente durante os eventos que são realizados.



**Figura 3 |** Matéria retratando o aumento do fluxo turístico em SB após indicação do Mtur  
Fonte: Site eletrônico do Estado de Minas (EM).

Nas localidades investigadas, SB e LN, distintos modelos de turismo se delineiam, evidenciando a importância do planejamento e gestão turística na configuração desses espaços. Em SB, o TR é mais prevalente, enfatizando a integração ao meio rural, valorização das tradições e autenticidade. Já em LN, diversos tipos de turismo no espaço rural se sobrepõem, enfrentando desafios pela excessiva diversificação turística, por vezes desvinculada da cultura local. A abordagem integrada proposta por Crouch e Ritchie (1999) destaca a importância de uma gestão integrada, considerando equilíbrio social, cultural e econômico. Conclui-se que uma abordagem cuidadosa e abrangente na gestão do turismo é necessária para preservar valores locais, superar a retórica da sustentabilidade<sup>6</sup> e proporcionar experiências autênticas aos visitantes.

## 5. Conclusões

EM LN e SB a demanda turística exibe uma certa uniformidade, caracterizada por deslocamentos curtos e estadias reduzidas, predominantemente influenciada pelos visitantes da RMBH. Em contraste com o distrito-sede de Ouro Preto, onde a demanda é mais diversificada, SB e LN atraem turistas em uma escala regional específica. Nesse contexto, surge a necessidade de implementar políticas públicas que visem diversificar a oferta e a demanda a nível municipal, fortalecendo a influência do turismo nas localidades alinhada a preservação do patrimônio cultural.

Para atingir esse objetivo, torna-se crucial elaborar uma agenda abrangente de políticas públicas de turismo, integrando, em âmbito municipal, os distritos nos roteiros oficiais e desenvolvendo estratégias de marketing que destaquem os valores patrimoniais locais. A

<sup>6</sup> Utilizado frequentemente de maneira indiscriminada por autoridades públicas, agentes econômicos e pela sociedade em geral – incluindo o meio acadêmico –, o termo é comumente empregado para justificar ações com foco primordialmente mercadológico, alegando, contudo, potenciais retornos sociais, culturais e ambientais.

colaboração estreita com os agentes locais se torna essencial para estabelecer estratégias que prolonguem as estadias dos turistas, enriquecendo suas experiências e maximizando a receita turística nas comunidades.

Os diferentes enfoques turísticos em LN e SB revelam processos distintos de *territorialização*. Em SB, onde o turismo destaca a interação íntima com as práticas tradicionais, agentes endógenos desempenham um papel ativo, embora preocupações sobre intervenções externas cresçam. Já em LN, a liderança externa na urbanização turística gerou uma busca tardia da comunidade por meios de *reterritorialização*. A falta de intervenção significativa do poder público municipal em ambos os casos apresenta desafios, podendo resultar em desordem na urbanização turística, desagregação socioespacial e perda da autenticidade local.

A conscientização da comunidade sobre os impactos do turismo, aliada à busca por conhecimento, é vital para orientar o desenvolvimento turístico de maneira equilibrada. A participação ativa da comunidade, baseada em competências adquiridas, é essencial para influenciar políticas e práticas turísticas alinhadas aos interesses locais. O estudo propõe uma abordagem integradora, reforçando não apenas a dimensão econômica, mas também os aspectos socioculturais e político-territoriais, condizente a complexidade do fenômeno turístico. Ademais, destaca a necessidade de implementar estratégias de governança participativa, colaborando estreitamente entre poder público, setor privado e comunidade local, para alcançar um desenvolvimento turístico equilibrado e verdadeiramente equilibrado, respeitando a diversidade cultural e territorial das áreas rurais investigadas. .

### Referências bibliográficas

- Ashworth, G., & Page, S. J. (2011). Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. *Tourism Management*, 32(1), 1-15. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.02.002>
- Candiotto, L. Z. P. (2010). Elementos para o debate acerca do conceito de Turismo Rural. *Revista Turismo em Análise*, 21 (1), 3-24. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v21i1p3-24>
- Cardoso, V. A. da S & Farias, R. de C. P. (2020). Patrimonialização das tradições gastronômicas de (SB), Minas Gerais, como fomento ao turismo e à identidade cultural. *Patrimônio e Memória*, 16 (2), 313-342.
- Carlos, A. F. A. (2017). Turismo e patrimônio: Um aporte geográfico. In M. T. D. Paes & M. A. Sotrati (Orgs.), *Geografia, turismo e patrimônio cultural: Identidades, usos e ideologias* (1ª ed., pp. 25-40). São Paulo: Anablume.
- Cordeiro, E. D. (2008). O turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto. *Revista Geografias*, 6(1), 45-65.
- Crompton, J. L. (1979). Motivations for pleasure vacation. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 408-424. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(79\)90004-5](https://doi.org/10.1016/0160-7383(79)90004-5)
- Crouch, G. I., & Ritchie, J. R. B. (1999). Tourism, Competitiveness, and Societal Prosperity. *Journal of Business Research*, 44(3), 137-152. [https://doi.org/10.1016/S0148-2963\(97\)00196-3](https://doi.org/10.1016/S0148-2963(97)00196-3)
- Cruz, R. C. A. (2012). "Patrimonialização do patrimônio": Ensaio sobre a relação entre turismo, "patrimônio cultural" e produção do espaço. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 16(2), 95-104. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74255>

- Dallabrida, V. R. (2020). Patrimônio Territorial: Abordagens Teóricas e Indicativos Metodológicos para Estudos Territoriais. *Desenvolvimento em questão*, 18(52), 12-32. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>
- Dencker, A. F. M. (1998). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo* (1ª ed.) São Paulo: Futura.
- Dutra, C. A., & Laschefski, K. A. (2013). Representações do turismo em Lavras Novas: Potencial de geração de conflitos ambientais. *Revista Geografias*, 55-69.
- Favareto, A. (2020). Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial: Acelerar a transição de paradigmas. In R. L. L. Silveira & C. M. Deponti (Orgs.), *Desenvolvimento regional: Processos, políticas e transformações territoriais* (pp. 61-91). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Fernandes, B. M. (2015). Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, 15, 59-86.
- Fratucci, A. C. (2008). *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: As possibilidades das redes regionais de turismo*. Niterói-RJ: UFF. (Tese de doutorado).
- Fratucci, A. C. (2014). Turismo e território: Relações e complexidades. *Caderno Virtual do Turismo*, 14(supl. 1), 87-96.
- Knafou, R. (1996). Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo. In: Adyr A. B. Rodrigues (org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC.
- Lash, S., & Urry, J. (1994). *Economies of Signs and Space*. Sage: Londres.
- Leal, S. F. (2017). PAC-Cidades Históricas: Implicações e repercussões de uma política federal de preservação. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Maraes, R. & Galiuzzi, M. do (2006). Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, 12(1), 117-128. <https://doi.org/10.1590/S1516-73132006000100009>
- Marafon, G. J. & Ribeiro, M. A. (2006). Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. *Revista Rio de Janeiro*, 3(18-19), 111-130.
- Marafon, G. J. (2010). A atividade turística no estado do Rio de Janeiro. *Revista de Economia Fluminense*, 32-35.
- Marconi, M. de & Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa* (4ª. Ed). São Paulo: Atlas.
- Martínez-Rouget, F. & Moutela, J. A. T. (2013). Novas motivações dos turistas: Uma oportunidade para o território rural. Análise da "Rede das Aldeias do Xisto" no Centro de Portugal. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, (19), 99-110.
- Milheiro, E., Kastenholz, E., & Carneiro, M. J. (2017). O perfil do turista e a experiência vivida em espaço rural no Alto Alentejo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(27/28), 81-84.
- Murta, I. B. D., et al. (2009). Nueva territorialidad: Caso São Bartolomeu (Minas Gerais) - Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 18, 362-380.
- Nicolas, D. H. (1989). Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo. In A. A. B. Rodrigues (Org.), *Turismo e reflexões teóricas e enfoques regionais* (pp. 39-54). São Paulo: HUCITEC.
- Nigro, C. (2010). As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: Bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In M. T. D. Paes & M. R. S. Oliveira (Orgs.), *Geografia, turismo e patrimônio cultural* (pp. 77-89). São Paulo: Annablume.
- Paes, M. T. D. (2017). Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: Os novos sentidos da paisagem urbana na cidade de São Paulo. *Cadernos de Geografia*, 27(1), 59-77.
- Pettinati, L. M. R. dos R. (2016). Turismo Cultural e a Preservação do Patrimônio de Lavras Novas, Ouro Preto, MG (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Pires, H. F. (2010). Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã. Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, 15(895), 13.
- Queirós, A. dos S. (2018). Hermeneutics of Tourism Scientific Corpus. 50 Theses about the Corpus of Tourism. *IV Congreso internacional Científico-Profesional de Turismo Cultural*.

- Córdoba, España, 22 y 23 de Febrero. Disponível em: PhilosophyÉticaPhilosophie: Hermeneutics of Tourism Scientific Corpus. 50 Theses about the Corpus of Tourism (philoetichal.blogspot.com). Acesso em: 16/08/2024.
- Romero, J. (2012). Lo rural y la ruralidad en América Latina: categorías conceptuales en debate. *Psicoperspectivas*, 11(1), 8-31. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol11-Issue1-fulltext-176>
- Rua, J (2020). Metropolização do espaço, urbanidades no rural e novas ruralidade In Marafon, G. J; Chelotti, M. C; Pessôa, V. L (Eds.) *Temas em geografia rural* (2ª ed.) Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Santos, M. (1996). *A Natureza do Espaço*. Hucitec: São Paulo.
- Saquet, M. A. (2020). *Abordagens e concepções de território* (5. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora.
- Souza, M de S; Klein, A. L & Rodrigues, G. R. (2019) Turismo rural: conceitos, tipologias e funções. In Souza, M & Dolci, T, S (Eds.) *Turismo rural: fundamentos e reflexões* (1ª ed), 23-39. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Souza, M. L. de. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. de et al. (Orgs.), *Geografia: conceitos e temas* (pp. 77-114). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, M. L. de. (2018). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.